Processo TC-018.359/2014-0 (com 37 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Em face do que restou apurado nos autos, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposição de mérito da Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão – Secex/MA (peças 36 e 37), no sentido de:

“a) declarar a revelia do senhor **José Eliomar da Costa Dias** (CPF 454.000.673-87);

b) julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’ e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do senhor **José Eliomar da Costa Dias** (CPF 454.000.673-87), prefeito do Município de Água Doce do Maranhão/MA no período de gestão 2005-2012, e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos.

Data da ocorrência	Valor Original (R\$)
3/1/2008	4.500,00
21/2/2008	4.500,00
18/3/2008	4.500,00
10/4/2008	4.500,00
15/5/2008	4.500,00
10/6/2008	4.500,00
4/7/2008	4.500,00
14/8/2008	4.500,00
8/9/2008	4.500,00
23/10/2008	4.500,00
12/11/2008	4.500,00
23/12/2008	4.500,00
10/2/2009	4.500,00
2/3/2009	4.500,00
25/3/2009	4.500,00
20/4/2009	4.500,00
19/5/2009	4.500,00
10/6/2009	4.500,00
22/7/2009	4.500,00
21/8/2009	4.500,00

Data da ocorrência	Valor Original (R\$)
21/9/2009	4.500,00
23/10/2009	4.500,00
26/11/2009	4.500,00

Valor atualizado até 2/6/2016: R\$ 231.025,31 (peça 28)

c) aplicar ao senhor **José Eliomar da Costa Dias** (CPF 454.000.673-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

d) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

e) autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas acima em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando ao responsável o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor; e

f) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.”

Opina, contudo, o Ministério Público de Contas pelos seguintes ajustes na proposição:

a) na alínea “b”, seja alterado o cofre credor para Fundo Nacional de Assistência Social

– FNAS;

b) na alínea “e”, seja alterada a redação para a seguinte, pois, sobre as parcelas mensais, incidem os correspondentes encargos legais, no caso, juros de mora e atualização monetária sobre o débito e apenas atualização monetária sobre a multa (art. 59 da Lei 8.443/1992):

“autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, **devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor**, bem como esclarecer ao responsável que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU).”

Brasília, em 30 de agosto de 2016.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador